



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TutPrv no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1835925 - SP (2021/0037608-5)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
REQUERENTE : M A T P
ADVOGADOS : MARCIO ADRIANI TAVARES PEREIRA - SP182204
MARCELO DO VALLE DE OLIVEIRA - SP427003
REQUERIDO : D DE M M
ADVOGADOS : CÉSAR MARCOS KLOURI - SP050057
SHIRLEI SARACENE KLOURI E OUTRO(S) - SP086968
LUCIANA SOUSA CÉSAR - SP212382
LUCIANA CRINCOLI - SP197424
INTERES. : L R T P
ADVOGADO : LUIZ ROGÉRIO TAVARES PEREIRA - SP200035

DECISÃO

Cuida-se de pedido de tutela provisória incidental formulado por M. A. T. P. para concessão de efeito suspensivo no agravo em recurso especial interposto.

Alega, em suma, que (fl. 2.080):

b.) seja deferido o efeito suspensivo ao presente recurso especial (arts. 995, parágrafo único do CPC. consoante art. 1.029, § 5º, II, CPC c.c. art. 288 do RI STJ);

c.) o Art. 987.º 1º do CPC - O recurso tem efeito suspensivo, presumindo-se a repercussão geral de questão constitucional eventualmente discutida, como o caso em tela que fora também invocada e prequestionada a SÚMULA 47 do STF, tanto no REsp como no RExt.

d.) Tutela de evidência - Subsiste CONTRATO por escrito, serviços prestados e não recebidos. Súplica o efeito suspensivo diante fumus boni iuris que consiste na contraprestação dos serviços prestados, no qual a parte adversa ao negar pagamento, está inserida no enriquecimento ilícito. O periculum in mora ; dado o caráter alimentar do direito via ação monitória, (permitido pela legislação e STJ- fumus boni iuris), honorários advocatícios (elemento de urgência), o que diz respeito à própria subsistência do recorrente e sua família (aqui o periculum in mora);

O Superior Tribunal de Justiça analisou tutela provisória interposta, decidindo no seguinte sentido (fls. 2.041-2.042):

Em segundo lugar, por sobressai o intuito manifestamente infringente do peticionante que, basicamente, insurge-se contra a afirmação do Tribunal de origem no sentido da iliquidez da obrigação pecuniária exigida na monitória, por não ser possível extrair, da prova documental, a quantia efetivamente devida, "que decorre, ao fim e ao cabo, da mera estimativa unilateral de valor atribuída pelo advogado aos bens recebidos pela cliente na partilha de divórcio" (fl. 1.246).

Nesse quadro, o "embargante" não logrou demonstrar vício excepcional capaz de ensejar a modificação da decisão monocrática que atestou a consonância entre o acórdão estadual e a jurisprudência desta Corte, segundo a qual: (i) "a ação monitória é meio processual disponibilizado ao credor para realizar dívidas representadas em prova escrita, pelo que, sob pena de inépcia da inicial, a propositura da monitória deve vir acompanhada de um documento, considerado pelo magistrado juridicamente hábil, para, naquele primeiro momento, comprovar o montante da dívida, sem o qual não poderá expedir o competente mandado monitório" (AgInt no REsp 1.851.342/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 15/06/2020, DJe 01/07/2020); e (ii) a ação monitória não é meio processual cabível para cobrar dívida ilíquida (AgInt no REsp 1.373.985/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 03/05/2018).

Conforme assinalado no último precedente citado, para suplantar a cognição acerca da iliquidez da obrigação, revelar-se-ia imprescindível a incursão no acervo fático-probatório dos autos, providência inviável no âmbito do julgamento de recurso especial.

3. Ante o exposto, recebo a presente petição como embargos de declaração, rejeitando-os.

A parte adversa apresentou impugnação às fls. 2090-2098, sob o argumento de que a recorrente objetiva revolver discussão acerca de prova, apesar da convicção firmada pelo órgão colegiado ter sido amparada na irrefutável ausência de comprovação dos fatos alegados na petição exordial, impossibilitando o seu trânsito no Superior Tribunal de Justiça em razão de intenção de reexame de matéria fático-probatória, cuja vedação está inserta na Súmula n. 7.

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Ou seja, o deferimento do pedido de tutela provisória de urgência exige a presença simultânea de dois requisitos autorizadores: o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no pedido, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade de perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Na espécie, a parte requerente deixou de demonstrar o *periculum in mora*, não tendo desenvolvido nenhuma argumentação sobre a necessidade concreta e urgente de concessão do efeito suspensivo ao recurso interposto, que justifique a atuação em regime de plantão.

Não obstante a fundamentação sustentada pela requerente, o fato é que seu

exame encontra-se atrelado ao próprio mérito do recurso, e, diante da natureza satisfativa do pleito, sua análise pormenorizada compete ao Colegiado, não sendo, pois, passível de exame/concessão em sede de cognição sumária.

Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória de urgência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente